



WWF

EXPECTATIVAS

COP22

2016

BR

NOVEMBRO 2016



CUMPRINDO A PROMESSA DE PARIS EM MARRAKESH PEDIDOS DO WWF PARA A COP22

O Acordo de Paris é um marco político com o potencial de reorientar os esforços globais em torno de um dos problemas mais difíceis que a humanidade enfrenta. O fato do Acordo entrar em vigor em 4 de novembro, muito mais cedo do que se imaginava em dezembro passado, juntamente com os progressos recentes no âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e no Protocolo de Montreal são sinais encorajadores da continuidade da vontade política para enfrentar a mudança climática. Marrakesh pode agora começar com uma celebração bastante merecida, e estes espírito e momento positivos devem motivar as partes a fazer progressos substanciais na primeira COP pós-Paris.

Porém, ainda há muito a ser feito para o Acordo de Paris alavancar totalmente a ação climática global e desencadear as transformações socioeconômica e energética

necessárias para cumprir as metas de desenvolvimento sustentável, limitando o aquecimento global a 1,5 ° C. Os atuais compromissos nacionais alteram a curva de emissões, mas ainda deixam o mundo caminhando rumo a cerca de 3°C de aquecimento - o que irá prejudicar nossos desejos de desenvolvimento coletivo e será catastrófica para muitos.

A história julgará o Acordo de Paris pela forma como governos, empresas, cidades e outros atores farão as políticas de transformação necessárias para limitar o aquecimento a 1,5 ° C. Marrakesh é uma oportunidade de inaugurar uma nova forma de fazer acordos. É possível partir das lições sobre o que funcionou no período que antecedeu Paris e criar condições que permitam uma maior colaboração, aceleração da luta contra as mudanças do clima e aumento da ambição.

PRIORIDADES DO WWF PARA A COP DE MARRAKESH

A.

Rápida Conclusão do “Livro de Regras” do Acordo de Paris

As partes devem começar a concordar sobre as regras de aplicação do Acordo de Paris e fechar as lacunas remanescentes, em áreas como transparência, clareza e coerência dos objetivos nacionais, além de desenvolvimento futuro dos mercados de carbono. Este livro de regras deve ser desenvolvido e finalizado a tempo do “diálogo facilitador” de 2018, a próxima oportunidade global para fazer um balanço de ambições climáticas. As regras são fundamentais para a compreensão de como os países estão progredindo no cumprimento de suas metas nacionalmente determinadas, e como os países estão alinhados coletivamente com a trajetória das emissões agregadas que irá limitar o aumento da temperatura a 1,5 ° C.

B.

Intensificação de ações no chão agora para fechar a lacuna pré-2020

Todos os atores podem agir agora para evitar as mudanças climáticas e ser parte da solução. As partes devem apoiar e buscar oportunidades para ações colaborativas, tanto por governos quanto por atores não-governamentais. A Agenda de Ação Climática Global (GCAA, anteriormente LPAA) é uma oportunidade de catalisar e comunicar iniciativas ambiciosas e inovadoras, além de estimular uma corrida-para-cima nas ações de clima a curto prazo. A COP22 pode mostrar o progresso tangível dos compromissos existentes, lançar novos esforços para gerar reduções de emissões a curto prazo e melhorar a preparação do clima em todos os setores. A COP22 deve ver o GCAA se consolidar como um espaço de convocação a iniciativas ambiciosas de colaboração de atores estatais e não estatais. Para isto, são necessários um apoio continuado da UNFCCC e das presidências das COPs, critérios fortes para as iniciativas de colaboração e ligações claras entre as discussões da UNFCCC (particularmente os Processos de Exame Técnico sobre mitigação e adaptação) e da GCAA.

C.

Aproveitando o diálogo facilitador de 2018 para fechar a lacuna de ambição

Temos uma pequena janela de oportunidade para fechar a lacuna entre as reduções de emissões prometidas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dos países e o que é necessário para atingir os nossos objetivos a longo prazo para as mudanças climáticas. Na COP22, os países devem começar a se preparar para aproveitar em 2018 a oportunidade do diálogo facilitador e as informações contidas no Relatório Especial do IPCC sobre 1,5° C. A COP22 deve estabelecer as bases para o processo e as modalidades do diálogo facilitador de 2018, considerando ainda mais as condições, os processos de suporte, contribuições e produtos que melhor apoiem maiores ambições individual e coletiva.

QUAIS QUESTÕES OS NEGOCIADORES DEVEM TRABALHAR NA COP22?

As Partes se comprometeram a buscar esforços para manter o aquecimento abaixo de 1,5 ° C. O WWF acredita que resultados expressivos na COP22 em relação às prioridades acima identificadas são particularmente importantes para alcançar este objetivo de limite de aquecimento. No entanto, os negociadores irão abordar na COP uma gama muito maior de questões que são essenciais para um resultado e um plano de trabalho equilibrados e globais para o futuro. Esperamos que os governos façam progressos na aplicação integral do Acordo de Paris, em Marrakesh, incluindo:

1. Extrair o máximo da entrada-em-vigor antecipada do Acordo de Paris, por meio de um compromisso de todas as Partes para um plano de trabalho acelerado para a conclusão das regras do Acordo de Paris, bem como a implementação e a ampliação da ambição das ações no chão.
2. Preparar o terreno para ciclos de revisão eficazes que aumentem a ambição com base em ciência e equidade, começando a definir modalidades claras para o diálogo facilitador de 2018 e o balanço global de 2023, além de identificar as condições, insumos e resultados que podem apoiar uma maior ambição.
3. Lançar iniciativas de colaboração que fechem as lacunas de mitigação e adaptação antes de 2020, demonstrando um progresso tangível nos esforços existentes e reforçar as sinergias entre a UNFCCC e do GCAA.
4. Desenvolvimento de sistemas de contabilidade e de transparência eficazes e incorporação de equidade e justiça nas regras de Acordo de Paris que orientem as contribuições nacionalmente determinadas.

As partes se comprometeram a buscar esforços para manter o aquecimento abaixo de 1,5°C

5. Entregar certeza nos níveis de financiamento do clima, por meio de acordo sobre metodologias de contabilidade e com base no roteiro apresentado pelos países desenvolvidos sobre como ampliar o financiamento de US\$ 100 bilhões por ano até 2020.
6. Desenvolvimento de marcos e indicadores concretos para a meta global de adaptação, bem como garantir o apoio técnico e financeiro para materializá-la.
7. Entregar um plano de trabalho ambicioso de cinco anos para o Mecanismo de Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos associado aos impactos das mudanças climáticas com níveis de apoio financeiro e técnico para proteção de países, populações e ecossistemas vulneráveis.

ACORDO DE PARIS PODE LIMITAR O AUMENTO MÉDIO DA TEMPERATURA ABAIXO DE 1,5°C

Nós acreditamos que ele pode. No entanto, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) iniciais são muito fracas para atingir os limites de temperatura acordados. No ritmo atual que os gases estufa antropogênicos (GEE) são emitidos para a atmosfera (cerca de 50 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano¹ - GtCO₂eq), o orçamento global

do carbono para qualquer chance razoável de limitar o aquecimento a abaixo de 1,5° C (400-600 GtCO₂eq) será esgotado no próximos 4 a 12 anos². Além disso, a soma-tória dos planos atuais dos países faz com que as emissões globais cresçam pelo menos até 2030³. Os países devem se concentrar no que está sob seu controle: corte imediato e em larga escala de emissões.

PAÍSES PODEM MELHORAR SEUS COMPROMISSOS E AÇÕES PARA O PERÍODO ATÉ 2020

O diálogo facilitador da COP22 em 2018 é uma oportunidade formal para países desenvolvidos aumentarem suas metas climáticas até 2020 e reforçarem seu apoio para as ações dos países em desenvolvimento. Esta é uma oportunidade para todas as partes discutirem como podem atingir e superar suas metas e ações existentes, por meio de medidas políticas específicas e esforços de colaboração.

Enquanto as metas econômicas pré-2020⁴ para países individualmente são uma parte importante do quadro, iniciativas de transformação, como a Iniciativa de Energia Renovável da África (Arei) e a Aliança Solar Internacional provam que reduções de emissões adicionais com benefícios para o desenvolvimento são possíveis quando países colaboram. Para transformar ideias em ação, as Reuniões de Peritos Técnicos (conhecidas como TEMs) precisam ser focadas em resultados, identificar medidas para superar as barreiras à implementação de iniciativas de cooperação e desenvolver medidas concretas para acelerar a transformação em setores-chave. Reuniões de peritos com mais foco permitiriam acompanhar e identificar iniciativas promissoras desde a ideia até a implementação e replicação, o que poderia ajudar a criar entusiasmo e uma corrida para cima enquanto proponentes de iniciativas se esforçam para obter o selo de aprovação da UNFCCC. Isto também ligaria as TEMs de forma mais explícita à Agenda de Ação do Clima Global (GCAA).

A GCAA por sua vez, deve ser consolidada como uma plataforma para ações climáticas ambiciosas a curto prazo com base na colaboração entre atores estatais e não-estatais. Ela deve adotar critérios claros e mecanismos de acompanhamento transparentes para iniciativas de cooperação, usar o evento anual de alto escalão da COP para realçar as melhores iniciativas, ter certeza de que as ações de atores estatais e não-estatais estão alinhadas com as metas do Acordo de Paris. Os líderes em ações pré-2020 devem facilitar esta transformação de ideias em ação, agindo como porta-vozes líderes de uma ação climática urgente além dos círculos do clima, envolvendo partes e outros atores relevantes para fornecer financiamento e tecnologia.

Em 2016, as duas primeiras líderes, Laurence Tubiana e Hakima El Haite, levantaram a necessidade de colaboração em ações de curto prazo na agenda e isso deve continuar com as próximas presidências de COP. Marrakesh deve garantir uma transição suave para mecanismos eficazes de lideranças e medidas urgentes a curto prazo no âmbito da futura presidência da COP 23. Para que isso aconteça, é importante focar no potencial de colaboração e sinergias entre Estados e atores não-estatais e nas principais tecnologias e setores com grande potencial de redução de emissões e co-benefícios para o desenvolvimento - como as energias renováveis, a eficiência energética, o setor de florestas e uso da terra e cidades.

1 • WRI. 2016. GHG Emissions Totals - Total GHG Emissions Including Land-Use Change and Forestry - 2012 (MtCO₂e). Available at: <http://bit.ly/1WeTh35> Accessed 7 April 2016.

2 • CarbonBrief. 2014. Six years worth of current emissions would blow the carbon budget for 1.5 degrees. <http://www.carbonbrief.org/six-years-worth-of-current-emissions-would-blow-the-carbon-budget-for-1-5-degrees>

3 • UNFCCC. 2015. Synthesis report on the aggregate effect of the intended nationally determined contributions (FCCC/CP/2015/7). Available at <http://unfccc.int/resource/docs/2016/cop22/eng/02.pdf>

4 • FCCC/CP/2015/10/Add.1 para 116

5 • FCCC/CP/2015/10/Add.1 para 110

6 • FCCC/CP/2015/10/Add.1 para 122

COMO AMPLIAMOS AS METAS NACIONAIS PARA 2025 E 2030?

Todas as partes, tenham elas ratificado ou não, devem revisar suas NDCs e se preparar para aumentar sua ambição durante o diálogo⁷ facilitador de 2018. Para isso, as negociações na COP22 e durante 2017 precisam esclarecer como o diálogo facilitador será organizado e como ele levará a planos mais ambiciosos. Este primeiro evento de avaliação pode definir um precedente importante para o balanço quinquenal global que começa em 2023.

Para ajudar os países a melhorar as NDCs atuais e a preparar relatórios posteriores, os negociadores precisam trabalhar urgentemente em orientações que ajudem e estruturam as NDCs para garantir que elas são am-

biciosas, comparáveis, mensuráveis e equitativas⁸. As partes também precisam trabalhar em conjunto para oferecer as condições que algumas partes indicaram que precisam ser cumpridas para que elas entreguem mais ações em suas NDCs. Atualmente, não está claro como e onde essas ações condicionais serão unidas ao apoio necessário; mecanismos de ligação eficazes precisam ser desenvolvidos para incentivar e apoiar uma maior ambição. E, enquanto os países que dão apoio devem participar, os países com NDCs condicionais também precisam oferecer mais clareza sobre os seus esforços incondicionais e quanto apoio necessitam para realizar a sua ambição condicional.

O QUE FAZER A RESPEITO DE JUSTIÇA E EQUIDADE NO ACORDO DE PARIS?

Na busca de obter uma resposta global de união às alterações climáticas em conjunto, governos fizeram progressos muito limitados no estabelecimento da base para uma divisão equitativa de esforços. Já vemos que, se não houve qualquer orientação sobre equidade, os esforços globais ficam aquém. O princípio da determinação nacional que serve de base ao Acordo de Paris deve

ser equilibrado e receber no novo acordo uma série de indicadores, baseados em responsabilidade e capacidade, que podem orientar os países a buscar o aumento de seus níveis de ambição. As próximas negociações sobre orientações para os planos climáticos (NDCs)⁹ e os balanços globais¹⁰ oferecem oportunidades importantes para reforçar a consideração da equidade daqui para frente.

COMO ENCONTRAMOS FINANCIAMENTO E OUTROS APOIOS PARA FINANCIAR A TRANSIÇÃO JUSTA PARA UM FUTURO DE BAIXO CARBONO OU CARBONO ZERO?

Países desenvolvidos prepararam um roteiro para cumprir sua meta comum de ampliar o financiamento climático para US\$ 100 bilhões até 2020. Este é um esforço útil e bem-vindo, mas ainda há lacunas que devem ser abordadas no futuro. O Acordo de Paris se baseia em instituições existentes e amplia o compromisso dos países desenvolvidos de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para cada ano de 2021 para 2025, além de negociar novas metas, maiores, após 2025. É importante que haja clareza nos tipos de transferências financeiras e fluxos que podem ser contabilizados para essas metas. O desenvolvimento pelo SBSTA¹¹ de formas de contabilidade é essencial para uma compreensão compartilhada do progresso financeiro em ascensão¹². Em paralelo, é importante que todos os países se engajem em um diálogo sério ao redor, maximizando os benefícios e impactos de todos os recursos financeiros disponíveis, e encontrem maneiras de vincular concretamente a prestação de apoio com ampliação das ações.

Enquanto o aumento nas transferências de financiamento público tem uma importância especial na possi-

bilidade de ação dos países em desenvolvimento, fluxos financeiros mais amplos - incluindo os esforços para redirecionar trilhões de fluxos de investimento para tecnologias e atividades econômicas ambientalmente saudáveis, de baixas ou zero emissões - são cada vez mais importantes. O Artigo 2.1.c do Acordo de Paris compromete todas as partes a fazer fluxos financeiros consistentes com um caminho rumo a baixas emissões de GEE e ao desenvolvimento de um clima resiliente. Este objetivo deve incorporar todo o trabalho e apoio ao financiamento no âmbito do Acordo e as partes devem considerar como o financiamento e outros apoios podem impulsionar uma maior ambição.

Muitos países em desenvolvimento precisarão de apoio para fazer a transição rumo ao desenvolvimento de baixo carbono. Assegurar financiamento e outros suportes para compromissos de mitigação condicional é uma maneira potencial de alguns países seguir adiante em relação ao que já teriam indicado sobre quanto mais mitigação poderiam fazer com apoio adicional.

**US\$ 100
BILHÕES**
financiamento
climático até 2020

7 • FCCC/CP/2015/10/Add.1 para 20

8 • FCCC/CP/2015/10/Add.1 para 28

9 • FCCC/CP/2015/10/Add.1 para 28

10 • UNFCCC. 2015. Paris Agreement, 21st Conference of the Parties, Paris: United Nations. Available at http://unfccc.int/files/meetings/paris_nov_2015/application/pdf/paris_agreement_english_.pdf

E AS PESSOAS, COMUNIDADES, ECOSISTEMAS E PAÍSES VULNERÁVEIS QUE JÁ TÊM DE SE ADAPTAR AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

O Acordo de Paris coloca a adaptação (artigo 7) e perdas e danos (artigo 8), no mesmo nível de mitigação. Agora, eles devem ser transformados em proteção tangível para os pobres e vulneráveis. O primeiro passo é fazer da meta global para a adaptação um conjunto de objetivos e indicadores que estejam diretamente ligados à elaboração dos planos nacionais de adaptação (PNA) e NDCs dos países. Os negociadores precisam começar imediatamente a discutir essas metas e indicadores, a fim de chegar a acordo sobre eles por meio de decisão na COP22.

Em Paris, os governos concordaram que uma maior adaptação envolve custos mais elevados. Os negociadores devem aprofundar as discussões de como e em que escala o financiamento para adaptação será entregue para

garantir que os países em desenvolvimento possam se planejar adequadamente para impactos futuros das mudanças climáticas.


Reconhecendo que as ações para adaptação devem ser urgentes e cada vez maiores, os governos concordaram em lançar um exame técnico de adaptação em 2016. Este processo deve focar no lançamento de iniciativas de adaptação de colaboração no evento de alto escalão da COP22. Os líderes devem assegurar que as TEMs de adaptação ajudem a fechar as lacunas e agilizem a implantação, concentrando-se em como as iniciativas existentes podem ser ampliadas e replicadas, como combinar ideias para meios de implementação e como iniciativas concretas podem ser lançadas em eventos anuais de alto escalão como parte do GCAA.

O QUE FAZER NOS CASOS EM QUE A ADAPTAÇÃO NÃO FOR POSSÍVEL OU FOR INSUFICIENTE? COMO O ARTIGO SOBRE PERDA E DANOS NO ACORDO DE PARIS AJUDA?

Ao reconhecer perdas e danos como uma questão independente, no seu artigo 8, o Acordo de Paris criou um espaço crítico para ajudar aqueles que enfrentam os piores impactos das mudanças climáticas. Entregar um quadro institucional eficaz é o primeiro passo para assegurar que as provisões para perdas e danos no Acordo de Paris trarão benefícios reais. O Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre perdas e danos deve começar a implementar seu plano de trabalho e progredir nos meios de seguro de risco. Em Marrakesh, as

partes precisam entregar o plano de trabalho ambicioso de cinco anos do Mecanismo de Varsóvia para fortalecer este campo de trabalho tal como acordado nas COPs anteriores. Ao mesmo tempo, os países precisam completar os planos nacionais para endereçar perdas e danos e quantificar suas necessidades de apoio para lidar com este tema. Os países desenvolvidos devem esclarecer como, quando e em qual escala fornecerão apoio financeiro e técnico para as pessoas e países vulneráveis que enfrentam perdas e danos.



	<p>Por que estamos aqui?</p> <p>Para frear a degradação do meio ambiente e para construir um futuro no qual os seres humanos vivam em harmonia com a natureza.</p>
	<p>wwf.org.br</p>

© 1986 Panda Symbol WWF – World Wide Fund For Nature (Formerly World Wildlife Fund)
 © “WWF” is a WWF Registered Trademark. WWF, Avenue du Mont-Blanc, 1196 Gland, Switzerland – Tel. +41 22 364 9111; Fax +41 22 364 0332. For contact details and further information, please visit our international website at www.panda.org

Para mais informações, entre em contato:

Mark Lutes

COP22 Co-Head of Delegation marklutes@wwf.panda.org

Mariana Panuncio

COP22 Co-Head of Delegation mariana.panuncio@wwf.us.org

André Nahur

Coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia
 WWF-Brasil andrenahur@wwf.org.br